



Munic de Pelotas-10-Jun-2015-11:36-003691-1/2

MUNICÍPIO DE PELOTAS
CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
Vereador Marcus Cunha
Líder da bancada do PDT

MOÇÃO DE REPÚDIO

Ao Presidente da Câmara Municipal de Pelotas
Vereador Ademar Ornel

Senhores Vereadores

Apresentamos, nos termos do art. 164, §3.º, alínea “j”, c/c art. 165 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, a presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Ato 025/2015 do TJ/RS, que instituiu o Auxílio-Alimentação aos magistrados em atividade no Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, com efeitos retroativos à data da publicação da Resolução n.º 133/2011 do Conselho Nacional de Justiça, de 24 de junho de 2011.

JUSTIFICATIVA

É de conhecimento público e notório a grave crise financeira pela qual passa o Estado do Rio Grande do Sul, mais acentuada recentemente quando do corte dos incentivos na área da saúde pelo Governo do Estado. Nessa senda, torna-se quase que um deboche para a população gaúcha a concessão do auxílio alimentação retroativo aos magistrados do Rio Grande do Sul.

Isso porque o valor será de R\$ 799,00 (setecentos e noventa e nove) por mês, e retroativo à junho de 2011, o que significa que cada magistrado receberá R\$ 38.352,00 (trinta e oito mil trezentos e cinquenta e dois reais) totalmente livre de imposto de renda, eis que trata-se de verba indenizatória, que de forma alguma se comporta no orçamento do Estado.

Considerando o acima exposto, PLEITEAMOS a imediata retirada do auxílio alimentação retroativo aos magistrados do Estado do Rio Grande do Sul; eis que a população gaúcha não suporta mais a má aplicação de recursos públicos.

SALA DE SESSÕES, EM 10 DE JUNHO DE 2015


Vereador Marcus Cunha

Líder da Bancada do PDT